

03
2

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

- A. como emissora, JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara nº. 160, sala 1033 – parte, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº. 08.583.456/0001-33, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e
- B. como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas", e individualmente "Debenturista"), PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

E ainda, como intervenientes anuentes,

- C. LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 323, Centro, CEP 20020-080 e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.928.273/0001-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Lintran");
- D. ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1818, Centro, CEP 2002-080, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.726.861/0001-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Isolux");
- E. ELECNOR TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1033, Centro, CEP 2002-080, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.718.109/0001-10, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Elecnor", sendo Lintran, Isolux e Elecnor, em conjunto denominados "Intervenientes Anuentes" que, juntamente com a Emissora e o Agente Fiduciário referidos como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação da Jauru Transmissora de Energia S.A." ("Escritura de Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Instrução da Comissão

de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº. 476"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 20 de junho de 2013 ("AGE"), arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 3 de julho de 2013 sob nº. 0002490733, e ratificada por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 18 de outubro de 2013, a ser arquivada na JUCERJA ("AGE"), nas quais foram deliberadas as condições da segunda emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da Emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação ("Emissão"), conforme disposto no artigo 59, da Lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2. CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS

- 2.1. Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:
- 2.2. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA")
- 2.2.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº. 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19, da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
- 2.2.2. A Emissão também não será registrada na ANBIMA, por se tratar de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", datado de 1º de junho de 2011.
- 2.3. Arquivamento na JUCERJA e Publicação das Atas das AGE
- 2.3.1. As atas das AGE que deliberaram a Emissão foram e serão, conforme o caso, devidamente arquivadas na JUCERJA e publicadas, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a primeira AGE foi arquivada na JUCERJA em 3 de julho de 2013 sob nº. 0002490733 e publicada (i) no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e (ii) no jornal Diário Mercantil em 23 de outubro de 2013.

05
6

2.4. Registro da Escritura de Emissão

- 2.4.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.
- 2.4.2. A Emissora compromete-se a enviar 1 (uma) via original de eventuais aditamentos, devidamente registrados, ao Agente Fiduciário e uma cópia à CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP").

2.5. Registro para Colocação e Negociação

- 2.5.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio da CETIP 21 Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº. 476, condicionado ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17, da Instrução CVM nº. 476.

2.6. Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério de Minas e Energia

- 2.6.1. A presente Emissão enquadra-se no artigo 2º da Lei nº. 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei nº. 12.431"), para implementação do projeto considerado como prioritário nos termos da Portaria nº. 47 do Ministério de Minas e Energia, datada de 6 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 29 em 9 de fevereiro de 2012, bem como da Portaria do Ministro de Estado de Minas e Energia nº. 156, datada de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 95 em 20 de maio de 2013.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 3.1. Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.
- 3.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 156 (cento e cinquenta e seis)

[Handwritten signatures and initials]




26

Debêntures.

- 3.3. **Valor Total da Emissão:** O valor nominal total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definido, será de até R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) ("Valor Nominal Total").
- 3.4. **Destinação de Recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados ao financiamento de investimentos de acordo com o contrato de concessão nº. 001/2007 – Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL"), celebrado em 20 de abril de 2007 entre a Emissora e a União Federal, por intermédio da ANEEL, conforme alterado ("Contrato de Concessão"), e composto pelas linhas de transmissão 230 kV Samuel – Ariquemes, Ariquemes – Ji-Paraná, Ji-Paraná – Pimenta Bueno, Pimenta Bueno – Vilhena, Vilhena – Jauru, subestações associadas no Estado de Rondônia ("Projeto").
- 3.5. **Número da Emissão:** Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão de Debêntures da Emissora.
- 3.6. **Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:** O Banco Liquidante e Escriturador Mandatário da presente Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira localizada no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº., Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e/ou "Escriturador Mandatário").
- 3.7. **Objeto Social da Emissora:** A Emissora tem como seu objeto social: (i) exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.
- 3.8. **Aquisição Facultativa:** Nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora poderá, a partir do 10º (décimo) ano a contar da Data de Emissão (conforme definido abaixo) adquirir Debêntures em circulação, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora deverão ser canceladas pela Emissora.

07
8

- 3.9. **Resgate Antecipado:** Não haverá possibilidade de resgate antecipado das Debêntures.
- 3.10. **Procedimento de Bookbuilding:** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, a ser realizado, pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido), no âmbito da Oferta Restrita, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, juntamente com a Emissora, da taxa de juros final da Remuneração (conforme definido abaixo), e em observância às disposições de ofertas com esforços restritos de colocação da Instrução CVM nº. 476 ("Procedimento de Bookbuilding").
- 3.10.1. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão, para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de AGD (conforme abaixo definido) para aprovação do aditamento.
- 3.11. **Colocação e Procedimento de Distribuição**
- 3.11.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme colocação, para a totalidade das Debêntures, a qual será realizada pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº. 510, 10º a 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.522.368/0001-82, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), conforme o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Segunda Emissão da Jauru Transmissora de Energia S.A.", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").
- 3.11.2. No âmbito da Oferta Restrita, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observadas as disposições do artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM nº. 476 referente aos fundos de investimentos.
- 3.11.3. O público alvo da Oferta Restrita será o de investidores qualificados,

assim definidos nos termos do artigo 109, da Instrução CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, ainda, o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM nº. 476 ("Investidores Qualificados").

- 3.11.3.1. Nos termos da Instrução CVM nº. 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 3.11.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, bem como efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme abaixo definido).
- 3.11.5. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº. 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta esteja submetida a registro na CVM.
- 3.11.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca por investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº. 476.
- 3.11.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contratar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar o Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

- 3.11.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº. 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº. 476.
- 3.11.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.11.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.
- 3.11.11. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

- 4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2013 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

- 4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.2.2. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA") apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IBGE"), todo dia 15 de junho de cada ano, a partir da Data Emissão ("Valor Nominal Unitário Atualizado", "Atualização" e "Data de Atualização", respectivamente), sendo a primeira Data de Atualização em 15 de junho de 2014, conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, após incorporação de Remuneração, conforme o caso, Atualização ou amortização, se houver, o que ocorrer por último, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

7

C = fator acumulado do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \frac{NI}{N_{10}}$$

Onde:

NI = valor do número-índice do IPCA referente ao mês de maio do ano corrente;

N₁₀ = valor do número-índice do IPCA referente ao mês de maio do ano anterior;

- 4.2.3. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- 4.2.4. Considera-se como "data de aniversário" o dia 15 de junho de cada ano e, caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como ano de atualização, o período anual compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.
- 4.2.5. O cálculo de atualização monetária na Data de Vencimento, na data de pagamento de Aquisição Facultativa, na data de pagamento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), ou na data de subscrição e integralização das Debêntures, que seja fora de uma data de aniversário, deverá ser realizado utilizando como base o número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do cálculo, dividido pelo número-índice do IPCA do mês anterior à Data de Emissão ou à data da última Atualização, conforme o caso.
- 4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA disponível até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.
- 4.2.7. Nas hipóteses de restrição, impossibilidade de uso, ausência ou suspensão de apuração e/ou de divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de IPCA"), ou ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o IPCA deverá ser substituído por seu substituto legal. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar

28
C

assembleia geral de debenturistas ("AGD" ou "Assembleia Geral de Debenturistas") na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula 7 abaixo, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser o mais semelhante possível do IPCA, ou o que melhor refletir os índices de preços utilizados em operações similares ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, o último IPCA divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de atualização para as Debêntures.

4.2.8. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização das Debêntures.

4.2.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, fica desde já certa e acordada a utilização do Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

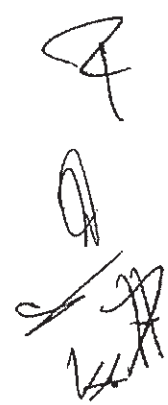
4.3.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, sem emissão de cautelares ou certificados.

4.3.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures são da espécie quirografária e serão convoladas em espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades





82
CB

por Ações.

- 4.4.2. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, no momento em que as Garantias estiverem devidamente constituídas, observado o previsto no item 4.19 abaixo.
- 4.4.3. A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo IV à presente Escritura, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da formalização das Garantias; sem necessidade de realização de AGD ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a convalidação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real.
- 4.5. **Forma e Preço de Subscrição e Integralização**
- 4.5.1. Cada uma das Debêntures será subscrita no mercado primário e integralizada à vista por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.
- 4.6. **Prazo de Vigência e Data de Vencimento**
- 4.6.1. Ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), o vencimento das Debêntures ocorrerá em 15 de dezembro de 2030 ("Data de Vencimento").
- 4.7. **Amortização do Principal**
- 4.7.1. As Debêntures serão amortizadas semestralmente conforme tabela abaixo, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de junho de 2019, correspondente à data do término do prazo de carência ("Período de Carência"), observado o disposto no item 4.16 desta Escritura de Emissão, conforme a seguinte fórmula:

$$AM(y) = VNa \times P$$

Onde:

AM(y) = Valor unitário da (y) parcela de amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;




VNa = conforme definido acima, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

P = Percentual da (y)-ésima parcela de amortização, informada com 4

10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
NIRE : 33300286519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8508F06BA5671C5CFE7F833F100CD840E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000463 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

13
b

(quatro) casas decimais, conforme tabela abaixo:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Jun	3.0000%	1.0638%	2.1739%	3.6364%	6.8627%	9.9432%	1.2411%	2.1618%	7.9848%	15.8371%	24.5033%	50.0000%
Dez	3.0928%	1.0753%	2.2222%	3.7736%	7.3684%	11.0410%	1.2567%	2.2305%	8.6777%	18.8172%	32.4561%	100.0000%

- 4.7.2. Os percentuais "P" descritos na tabela do item 4.7.1 acima foram calculados considerando a soma de 100% (cem por cento) dos seguintes percentuais:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Jun	3.0000%	1.0000%	2.0000%	3.2000%	5.6000%	7.0000%	0.7000%	1.2000%	4.2000%	7.0000%	7.4000%	7.7000%
Dez	3.0000%	1.0000%	2.0000%	3.2000%	5.6000%	7.0000%	0.7000%	1.2000%	4.2000%	7.0000%	7.4000%	7.7000%

4.8. Remuneração

- 4.8.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a taxa de juros de até 8% (oito por cento) ao ano, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* a ser conduzido pelo Coordenador Líder, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos e incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ("Remuneração").
- 4.8.2. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios incorporados ou pagos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNa = Conforme definido acima.

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DF}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro casas decimais), conforme definida no Procedimento de

ph
8

Bookbuilding.

DP = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, incorporação ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo DP um número inteiro.

- 4.8.3. Os períodos de capitalização da Remuneração serão semestrais com início na Data de Emissão e término na Data de Vencimento, inclusive ("Período de Capitalização"), sendo que (i) a Remuneração referente a cada Período de Capitalização anterior a 15 de Junho de 2017 (inclusive) será incorporada ao Valor Nominal Unitário Atualizado e (ii) a Remuneração referente a cada Período de Capitalização após o dia 15 de junho de 2017 (exclusive) será paga conforme o item 4.9. abaixo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9. Pagamento da Remuneração

- 4.9.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2017 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2030, observado o disposto no item 4.16 desta Escritura de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração uma "Data de Pagamento da Remuneração").

- 4.9.2. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão.

4.10. Repactuação




- 4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

- 4.11.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, desde que aprovados pelos Debenturistas reunidos em AGD, quando houver, nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado o previsto no item 3.10.1 acima, e posteriormente arquivados na JUCERJA.

4.12. Vencimento Antecipado

- 4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.3 a 4.12.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas ou, conforme aplicável, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, para deliberar sobre a declaração de vencimento

antecipado de todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* a partir da Data da Emissão das Debêntures, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"), desde que não seja sanado dentro dos prazos aplicáveis previstos nas alíneas a seguir ou previstos nos respectivos contratos ou instrumentos indicados nas respectivas alíneas abaixo ("Período de Cura"), conforme o caso:

- a) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária pela Emissora decorrente das Debêntures, desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Distribuição, não sanado no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do pagamento devido;
- b) inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária pela Emissora decorrente das Debêntures, desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Distribuição, não sanada no prazo definido para tanto e, na ausência de tal especificação, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;
- c) inadimplemento de qualquer obrigação prevista nos incisos (o); (r); (v); (ee); (ff); (ll); (oo); e (pp) do item 5.1 e nos incisos (b); (c) e (f) do item 5.2 desta Escritura de Emissão não sanado no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado do recebimento da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- d) inadimplemento de qualquer obrigação prevista nos incisos (b); (hh) e (tt), do item 5.1 desta Escritura de Emissão não sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- e) inclusão, em acordo societário, estatuto social ou contrato social, conforme aplicável, da Emissora ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes das Debêntures e/ou dos Contratos de Financiamento BNDES (conforme abaixo definido);
- f) a constituição, sem a autorização prévia dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, de penhor ou gravame sobre os Direitos Creditórios (conforme definido no item 4.19.1a), exceto

46
a

pelas Garantias constituídas de acordo com o item 4.19.1 desta Escritura de Emissão;

- g) o descumprimento de qualquer obrigação prevista na Cessão Fiduciária;
- h) a decretação do vencimento antecipado (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº. 09.2.1276.1, celebrado entre a Emissora e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), com a interveniência de terceiro, em 23 de dezembro de 2009 conforme aditado; e/ou (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº. 12.2.1312.1, celebrado entre a Emissora e o BNDES, com a interveniência de terceiro, em 26 de dezembro de 2012, conforme aditado (“Contratos de Financiamento BNDES”);
- i) a extinção, encampação, rescisão, anulação ou caducidade da concessão outorgada pela União Federal sob o Contrato de Concessão;
- j) alteração, do controle efetivo, direto da Emissora, sem anuência prévia e expressa da ANEEL e do BNDES;
- k) ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que afete em caráter adverso as Garantias;
- l) aplicação dos recursos decorrentes da Emissão e dos Contratos de Financiamento BNDES em finalidade diversa daquela descrita no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- m) autuações ou notificações impondo sanções ou penalidades pelos órgãos governamentais de caráter ambiental, ou autuações de caráter fiscal, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, que afetem significativamente a capacidade operacional, legal ou econômico-financeira da Emissora;
- n) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora que afetem a capacidade operacional da Emissora e/ou a validade, exequibilidade ou condições da Emissão;
- o) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal;
- p) pedido de autofalência formulado pela Emissora;
- q) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a

qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se a Emissora, por qualquer motivo, encerrar suas atividades;

- r) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) salvo se for validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que tal erro ou má-fé tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento; (ii) o protesto tenha sido cancelado no prazo legal; ou ainda, (iii) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo IGP-M/FGV;
- s) inadimplemento, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora que não decorram da Escritura de Emissão, obrigações estas em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- t) inclusão legítima da Emissora em qualquer cadastro de proteção ao crédito, no valor agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que não seja sanado ou declarado ilegítimo no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, contados da referida inclusão que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes das Debêntures e/ou dos Contratos de Financiamento BNDES, ou que afetem significativamente a capacidade operacional, legal ou econômico-financeira da Emissora;
- u) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou sentenças judiciais transitadas em julgado em valor individual ou agregado com relação a cada exercício social, de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais a Emissora não tenha feito provisão para pagamento;
- v) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela

praticadas e que comprovadamente venha a impactar na capacidade de pagamento da Emissora;

- w) arresto, sequestro, penhora ou oferta de bem em garantia, ou qualquer outra forma de constrição de bens da Emissora, ou constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre os bens da Emissora no valor agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que não sejam liberados no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis seguintes a qualquer desses eventos;
- x) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- y) se as Garantias não forem devidamente efetivadas ou formalizadas nos prazos descritos no aditivo ao Contrato de Cessão e no Contrato de Penhor de Ações, e ainda conforme previsto nos itens 4.19.3 e 4.19.5.2 abaixo;
- z) se as Garantias tornarem-se, comprovadamente, ineficazes, inexecutáveis, inválidas ou insuficientes para assegurar o pagamento da importância, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelos titulares das Debêntures reunidos em AGD no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Emissora de notificação por escrito, neste sentido, enviado pelo Agente Fiduciário; e
- aa) descumprimento pela Emissora das obrigações assumidas no Contrato de Penhor de Ações e desde que não sejam sanadas pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação do Agente Fiduciário neste sentido.

4.12.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima (cada uma, uma "Hipótese de Vencimento Antecipado"), comunicar na mesma data o Agente Fiduciário, para que este tome as providências devidas.

4.12.3. A ocorrência de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado indicadas nos incisos (a); (f); (h); (i); (j); (o); (p) e (q) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente da convocação de AGD ou notificação à Emissora.

19
C

- 4.12.4. Na ciência da ocorrência de quaisquer das demais Hipóteses de Vencimento Antecipado (que não sejam aquelas indicadas no item 4.12.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre declaração do vencimento antecipado das Debêntures.
- 4.12.5. Nas Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata o item 4.12.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos de convocação e instalação previstos na Cláusula 7 desta Escritura de Emissão, os titulares das Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, seja em primeira ou em segunda convocação, poderão declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento do que for devido.
- 4.12.6. Não configurará Hipótese de Vencimento Antecipado ou de necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES nos termos dos Contratos de Financiamento BNDES, desde que (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de remuneração e amortização das Debêntures; e (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES.
- 4.12.7. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.4 não seja instalada por falta de quorum, as Debêntures não poderão ser declaradas antecipadamente vencidas em virtude do fato que tenha motivado a convocação da Assembleia.
- 4.12.8. Em qualquer caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, seja automático, seja declarado pelo Agente Fiduciário nos termos dos itens 4.12.3, 4.12.4 e 4.12.5 acima ("Vencimento Antecipado"), a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação devidamente atualizado nos termos do item 4.2.2. desta Escritura de Emissão e acréscido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde

17

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
NIRE : 33300286519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8508F08BA5671C5CFE7F833F100CD840E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000463 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

a Data de Emissão até a data da realização da AGD nos termos do item 4.12.4 acima, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos no item 4.13 desta Escritura de Emissão, desde a data do efetivo inadimplemento verificado depois de transcorrido o prazo descrito no item 4.12.9 abaixo, com relação aos eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.9. O pagamento dos valores mencionados no item 4.12.8 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena da Emissora, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13 desta Escritura de Emissão.

4.12.10. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário (i) deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) poderá tomar todas as medidas necessárias à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas, assim como para execução das Garantias.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que será devida até a data do efetivo pagamento das Debêntures nos termos do item 4.9. acima, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos incidentes sobre os valores em atraso.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.14.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.13, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em eventual comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo

relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.15. Local de Pagamento

- 4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.16. Prorrogação dos Prazos

- 4.16.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação que deva ser realizado por meio da CETIP, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.17. Publicidade

- 4.17.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; e (ii) no jornal Diário Mercantil. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.18. Tratamento Tributário das Debêntures e Imunidade de Debenturistas

- 4.18.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei nº. 12.431.
- 4.18.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquela prevista na Lei nº. 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores

22
C

devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

- 4.18.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 4.18.2 acima, e que tiver essa imunidade ou condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar este fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitado pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.
- 4.18.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista no item 3.4 acima dando causa ao seu desenquadramento da Lei nº. 12.431, esta será responsável pelo custeio de todos os tributos incidentes sobre os pagamentos, remuneração e reembolso devidos aos Debenturistas, bem como pela multa, a ser paga nos termos da Lei nº. 12.431.






4.19. Garantias

- 4.19.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da Emissão, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias, cujos termos e condições deverão corresponder substancialmente àqueles constantes do Anexo I à presente Escritura de Emissão ("Garantias"):
- a) A Emissora cederá fiduciariamente, nos termos da Lei nº. 4.728, de 14 de julho de 1965, artigo 66-B, parágrafo 3º, a ser constituída até 15 de dezembro de 2013, após a autorização da ANEEL, por meio de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças ("Cessão Fiduciária"), celebrado entre o BNDES, a Emissora e o Banco Santander (Brasil) S.A. em 19 de janeiro de 2010, em favor do Agente Fiduciário, em nome e em benefício dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações pela Emissora decorrentes das Debêntures, da totalidade dos direitos creditórios de que é titular ("Direitos Creditórios"), emergentes do Contrato de Concessão e provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº. 01/2007 firmado entre a Emissora e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS ("ONS") em 18 de maio de 2007, conforme alterado ("Contrato de Transmissão"), compreendendo, mas não se limitando a:

20

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire : 33300285519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8509F05BA5671C5CFE7F833F100CD840E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000463 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

- i. o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Emissora, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão;
 - ii. os direitos creditórios da Emissora provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão, no Contrato de Transmissão, e nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão celebrados entre o ONS, as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão ("Contratos de Uso"), inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão;
 - iii. os direitos creditórios das seguintes contas:
 - (1) "Conta Centralizadora": na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos a serem cedidos previstos nesta Cláusula;
 - (2) "Conta Reserva das Debêntures": conforme descrita no item 4.19.3; e
 - iv. todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do Contrato de Transmissão, dos Contratos de Uso, ou decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora; e
- b) As Intervenientes Anuentes constituirão em favor do Agente Fiduciário, em nome e em benefício dos Debenturistas, e do BNDES penhor, em primeiro grau, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura da presente Escritura de Emissão, até a final liquidação de todas as obrigações pela Emissora decorrentes das Debêntures, da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade dos Intervenientes Anuentes ("Ações" e "Contrato de Penhor de Ações").

4.19.2. A Emissora declara ser titular dos Direitos Creditórios, e que tais bens e direitos se encontram em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais, exceto pelas Garantias.

4.19.3. A Cessão Fiduciária será constituída e operacionalizada mediante a formalização de aditamento ao "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES e o banco arrecadador ("Banco Arrecadador"), obrigando-se a Emissora a receber toda a receita proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia objeto do Contrato de Transmissão, bem como todos os valores recebidos do poder concedente em razão da concessão (inclusive em decorrência de sua extinção), exclusivamente na Conta Centralizadora aberta para tal fim, bem como a constituir e manter, a partir do final do Período de Carência até final liquidação de todas as obrigações decorrentes da Emissão, a Conta Reserva das Debêntures, que será movimentada exclusivamente para pagamento das prestações de amortização do principal, Remuneração e acessórios da dívida decorrente da Escritura de Emissão, no caso de insuficiência de recursos na Conta Centralizadora, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, e preenchida com recursos no valor equivalente a, no mínimo, a partir de 15 de dezembro de 2018, 100% (cem por cento) da amortização de principal imediatamente subsequente, mais o valor de 100% (cem por cento) de 1 (uma) Remuneração imediatamente subsequente, utilizando-se para tanto, a projeção do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), com os respectivos complementos ou descontos aplicáveis na hipótese de ser apurada eventual diferença entre a projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim Focus do Bacen no último Dia útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo e as taxas efetivas de IPCA.

- 4.19.3.1. As movimentações da Conta Reserva das Debêntures só poderão ser realizadas conforme estabelecido na Cessão Fiduciária, não sendo permitida sua movimentação pela Emissora.
- 4.19.3.2. As contas referidas no item 4.19.3 deverão ser abertas em instituição financeira, que atuará como banco administrador de contas, indicada pela Emissora e aprovada pelo BNDES.
- 4.19.3.3. A Emissora obriga-se a autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o banco administrador de contas a transferir, mensalmente, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrentes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Financiamento BNDES, da Conta Centralizadora para a Conta

25

Reserva das Debêntures, o valor necessário que assegure um saldo equivalente, no mínimo, ao valor mínimo, conforme previsto no item 4.19.3, na forma do Contrato de Cessão.

- 4.19.3.4. A Conta Reserva das Debêntures deverá estar totalmente preenchida com o valor mínimo, previsto no item 4.19.3, até 15 (quinze) de dezembro de 2018.
- 4.19.3.5. A Emissora obriga-se a notificar, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de formalização do aditivo ao Contrato de Cessão, ao ONS, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos, a respeito da Cessão Fiduciária, bem como para que efetue os pagamentos decorrentes do Contrato de Transmissão exclusivamente na Conta Centralizadora.
- 4.19.3.6. A Emissora obriga-se a notificar, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de formalização do aditivo ao Contrato de Cessão, à ANEEL, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos, a respeito da Cessão Fiduciária, bem como para que efetue quaisquer pagamentos decorrentes do Contrato de Concessão exclusivamente na Conta Centralizadora.
- 4.19.3.7. A Emissora obriga-se a notificar qualquer outra pessoa contra a qual detenha direitos a serem cedidos fiduciariamente, e a quem mais seja necessário, conforme legislação em vigor, sobre a existência da Cessão Fiduciária, para que efetue os pagamentos decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora exclusivamente na Conta Centralizadora, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular, observado o previsto no Contrato de Cessão.
- 4.19.3.8. A Emissora obriga-se, na hipótese de o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios a serem cedidos fiduciariamente ser inferior à Data de Vencimento, a substituir, em até 30 (trinta) dias antes da data de vencimento daqueles Direitos Creditórios, a cessão fiduciária a ser constituída pelo Contrato de Cessão por outro(s) direito(s) aceitável(is) por Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um do total das Debêntures em circulação.

- 4.19.4. No caso de obtenção de receita adicional decorrente da prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, além daquela oriunda do Contrato de Transmissão, a Emissora obriga-se a ceder fiduciariamente a referida receita, notificando os devedores do crédito cedido da cessão fiduciária em garantia, em favor do BNDES e do Agente Fiduciário, em nome e em benefício dos Debenturistas, e instruindo-os, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuarem os pagamentos devidos na Conta Centralizadora, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da formalização do novo instrumento de prestação de serviços de transmissão de energia.
- 4.19.5. Os Intervenientes Anuentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar as Ações por meio do Contrato de Penhor de Ações, em favor do Agente Fiduciário, em nome e em benefício dos Debenturistas, com a interveniência anuência do BNDES, e todas e quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora sob sua titularidade, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da Emissora, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pelos Intervenientes Anuentes até o pagamento integral de todas as obrigações decorrentes da Emissão.
- 4.19.5.1. Os Intervenientes Anuentes declaram que as Ações se encontram em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, inclusive fiscais, à exceção do penhor decorrente dos Contratos de Financiamento BNDES.
- 4.19.5.2. Os Intervenientes Anuentes obrigam-se, ainda, a providenciar a averbação do penhor das Ações no livro de "Registro de Ações Nominativas" da sociedade emitente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de formalização do Contrato de Penhor de Ações.
- 4.19.5.3. No caso de inadimplemento desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, e observado o disposto no item 4.19.8, alienar toda e qualquer

27
C

parte das Ações empenhadas em seu favor, por meio da venda amigável ou pública, pelo critério de melhor preço, na forma do artigo 1.435, V, do Código Civil, obedecida a legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, devendo deduzir todas as despesas e tributos eventualmente incidentes e entregar aos Intervenientes Anuentes, na proporção das respectivas participações no capital social da Emissora, o que eventualmente sobejar.

- 4.19.5.4. Os Intervenientes Anuentes nomeiam, em caráter irrevogável e irretroatável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, o Agente Fiduciário como seu procurador, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações garantidas, em nome dos Intervenientes Anuentes: (i) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para a excussão do penhor sobre as Ações a serem empenhadas, e/ou (ii) alienar as Ações a serem empenhadas, no todo ou em parte, por meio da venda amigável ou pública, obedecida a legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações decorrentes da Emissão, assim como tomar providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das Ações a serem empenhadas, podendo, inclusive, dar e receber quitação.
- 4.19.6. As Garantias são consideradas um todo indivisível em relação ao Valor Nominal Total da Emissão.
- 4.19.7. As Garantias asseguram o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da Emissão, incluindo o principal da dívida, Remuneração, comissões, pena convencional, multas e despesas.
- 4.19.8. As Garantias serão compartilhadas com o BNDES de maneira proporcional com relação aos montantes devidos pela Emissora no âmbito da presente Emissão e aqueles devidos pela Emissora no âmbito dos Contratos de Financiamento BNDES e, portanto, estarão sujeitas, aos termos e condições do Contrato de Compartilhamento de Garantias a ser celebrado entre o Agente Fiduciário (representando os Debenturistas) e o BNDES, cuja minuta é anexa ao presente como Anexo II.

25

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está, adicionalmente, obrigada a:

- a. adotar as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo Projeto;
- b. manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, devendo comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis, após sua ciência, ao Agente Fiduciário a existência de qualquer ação ou decisão judicial relacionada aos aspectos ambientais do Projeto, ou notificações de quaisquer órgãos públicos impondo sanções ou penalidades;
- c. exceto pelas Garantias constituídas de acordo com o item 4.19 desta Escritura de Emissão, não constituir, sem a prévia autorização dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, penhor ou gravame sobre os Direitos Creditórios;
- d. exceto pelas Garantias constituídas de acordo com o item 4.19 desta Escritura de Emissão, não ceder ou vincular em favor de outro credor os Direitos Creditórios;
- e. exceto pelas Garantias constituídas de acordo com o item 4.19 desta Escritura de Emissão, não constituir, salvo por decisão judicial ou autorização prévia e expressa dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação reunidos em AGD, garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas em iguais condições aos Debenturistas;
- f. exceto se autorizado previamente pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures, partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, salvo aquelas destinadas a atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, ou à mera reposição ou substituição de material, ou em caso de descontos de efeitos comerciais de que a Emissora seja titular em razão de venda ou de prestação de serviços;
- g. não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25%

26

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire : 33300288519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013 , E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8508F08BA5871C5CFE7F833F100CD840E2A2789B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000463 - 000/1

Valéria G. M. Sarra
Secretária Geral

(vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, exceto se a Emissora possuir Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), conforme metodologia constante do Anexo III, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas por auditor independente, nos moldes do item 5.1(m) abaixo, cadastrado na CVM à época em que pretender realizar um dos eventos descritos neste item;

- h. no exercício em que montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, propor a aprovação, em assembleia geral, da constituição de reserva de lucros a realizar, conforme artigo 197, caput e §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- i. não firmar contratos de mútuo com seus acionistas diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas integrantes dos Grupos Econômicos a que pertença a Emissora, bem como não efetuar a redução do seu capital social, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total das Debêntures em circulação reunidos em AGD, não estando sujeito a esta restrição eventuais reduções de capital até o valor de R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões) como pagamento de Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital aos Intervenientes Anuentes;
- j. manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil;
- k. exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, não firmar contratos de prestação de serviços técnicos ou administrativos com as pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora.
- l. para os casos referidos no inciso k anterior, a Emissora poderá assinar contratos com pessoas físicas ou jurídicas componentes do seu Grupo Econômico, exclusivamente para fins operacionais, sem anuência dos Debenturistas, desde que a soma de todos os contratos não ultrapasse o valor anual de 0,2% (dois décimos por cento) da receita operacional líquida da Emissora, excluído do cômputo o contrato de operação e manutenção e o contrato de prestação de serviços de administração;
- m. calcular e informar o ICSD anualmente ao Agente Fiduciário, comprovado mediante apresentação das demonstrações financeiras auditadas por auditor independente cadastrado na CVM, acompanhadas das

correspondentes notas explicativas dos respectivos auditores independentes contemplando relatório de apuração do ICSD, o qual deverá conter memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para sua obtenção seguindo a metodologia constante do Anexo III, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário do ICSD, podendo este solicitar todos os eventuais esclarecimentos que se façam necessários para sua verificação;

- n. apresentar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria reconhecida internacionalmente e cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparada de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
- o. na mesma data da apresentação das demonstrações financeiras completas devidamente auditadas da Emissora, declaração de representante legal da Emissora, com poderes específicos para tanto, atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e a não ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- p. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM nº. 476;
- q. manter, durante todo o período de amortização da presente Escritura de Emissão, recursos na Conta Reserva das Debêntures, com valores equivalentes ao saldo mínimo previsto no item 4.19.3. desta Escritura de Emissão;
- r. aplicar os valores que compõem as disponibilidades financeiras da Emissora única e exclusivamente em títulos da dívida pública federal ou em fundos de investimento com lastro nestes títulos, na proporção mínima de 80% (oitenta por cento), devendo tais aplicações estarem de acordo com a legislação vigente e apresentar liquidez necessária a permitir a utilização de tais montantes pela Emissora;
- s. manter sistemas informativos e contábeis apropriados para o desenvolvimento do Projeto;

- t. permitir, mediante prévia notificação do Agente Fiduciário, assim orientado neste sentido por Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um do total das Debêntures em circulação, ampla inspeção das obras do Projeto por parte de um representante do Agente Fiduciário, às expensas da Emissora, bem como de desenhos, especificações ou quaisquer outros documentos técnicos que estejam diretamente ligados ao Projeto;
- u. aplicar os recursos recebidos unicamente na execução do Projeto;
- v. obter e manter em vigor até o integral pagamento das Debêntures, todas as autorizações relevantes para o pleno funcionamento do Projeto;
- w. manter-se adimplente com relação a todos os contratos do Projeto, bem como com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes do desenvolvimento do Projeto;
- x. manter seguro operacional e patrimonial, compatível com os padrões de mercado, para a cobertura do Projeto, durante todo o seu período operacional;
- y. apresentar ao Agente Fiduciário sempre que este assim o solicitar em razão de orientação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das Debêntures em circulação, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações sob os Seguros relativos ao Projeto;
- z. fazer com que o Agente Fiduciário receba, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis cópia de qualquer notificação de inadimplemento dos contratos do Projeto;
- aa. solicitar a aprovação dos Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 7 abaixo para a rescisão do Contrato de Concessão, do contrato de operação e manutenção, do Contrato de Transmissão, dos Contratos de Uso ou do contrato de prestação de serviços de administração;
- bb. enviar ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, em até 15 (quinze) Dias Úteis, cópia de todos os documentos relevantes por ele solicitados em relação ao Projeto, inclusive relatórios de progresso do Projeto, certificações e medições;
- cc. na hipótese do prazo de vigência do contrato de operação e manutenção do Projeto ser inferior à Data de Vencimento, comprovar a renovação do referido contrato de operação e manutenção antes da data estabelecida para seu vencimento, sem, contudo, alterar qualquer condição de tal

contrato;

- dd. constituir a Cessão Fiduciária até 15 de dezembro de 2013;
- ee. fornecer ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoáveis, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas no artigo 17, da Instrução CVM nº. 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta Restrita ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura de Emissão. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inverdades ou omissões relativas a tais informações;
- ff. fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- gg. fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERJA, em até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de registro na JUCERJA, sendo que os respectivos documentos devem ser protocolados perante a JUCERJA em até 5 Dias Úteis a contar de suas respectivas assinaturas;
- hh. prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, regulatório, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, sua controladas e coligadas, que possam resultar em um valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Essas informações deverão ser apresentadas pela Emissora na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão;
- ii. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;

- jj. encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, de natureza pecuniária ou não, incluindo mas não se limitando aos eventos indicados no item 4.12 acima, no prazo de até 10 (dez) dias após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura de Emissão;
- kk. manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Banco Arrecadador, a CETIP e o Agente Fiduciário, sendo que, em caso de renúncia ou destituição, liquidação ou dissolução de qualquer dessas entidades, deverá ser realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha das novas entidades, nos termos do item 6.10 abaixo;
- ll. efetuar o pagamento de todas as despesas, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e razoavelmente incorridas e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, sendo que o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;
- mm. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- nn. arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário e do Escriturador Mandatário;
- oo. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM que lhe sejam

aplicáveis, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

- pp. obter todos os documentos previstos na legislação socioambiental relacionados às atividades desenvolvidas pela Emissora, principalmente, mas não se limitando às atividades previstas no Contrato de Concessão, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças em pleno vigor e eficácia;
- qq. entregar ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis de seu conhecimento, documentos relacionados à ocorrência de qualquer irregularidade ou evento que leve os órgãos competentes a considerar descumprida a legislação socioambiental ou lhe imputar a obrigação de indenizar eventual dano socioambiental, informando imediatamente ao Coordenador Líder por escrito;
- rr. informar e enviar organograma societário, todos os dados financeiros, incluindo-se as demonstrações financeiras apuradas e auditadas pelos auditores independentes da Emissora, e atos societários necessários à realização do relatório anual previsto no artigo 12 da Instrução CVM nº. 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM nº. 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo indicado na Instrução CVM nº. 28 para disponibilização na CVM. O referido organograma societário do grupo societário a que pertence a Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- ss. não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- tt. não constituir nenhuma subsidiária ou participar em qualquer outra sociedade, a não ser que autorizados previamente por escrito pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, reunidos em AGD;
- uu. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- vv. atender de forma adequada os Debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente na forma da lei;
- ww. notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas; e
- xx. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos da data de liquidação financeira da Emissão, toda a documentação relativa à Oferta Restrita, e apresentá-las ao Coordenador Líder ou à autoridade demandante no prazo estipulado por ordem judicial, administrativa ou arbitral, sempre que assim solicitado.
- 5.1.1. As despesas a que se refere o item 5.1(II) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
- a) publicações em geral de relatórios, editais, atas, avisos, e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
 - b) solicitação, quando for necessário, de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
 - c) despesas com registros, caso sejam realizados pelo Agente Fiduciário, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
 - d) despesas com *conference calls*;
 - e) despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que devidamente comprovadas; e
 - f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2. Os Intervenientes Anuentes obrigam-se a:

- a. submeter à aprovação dos Debenturistas titulares de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD,

quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da Emissora, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, incorporação de ações, ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em alteração do controle acionário da Emissora, fora do mesmo Grupo Econômico, nos termos do item 4.12.1 (j);

- b. não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora, de dispositivo que importe em:
 - (i) restrições à capacidade de crescimento da Emissora ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - (ii) restrições de acesso da Emissora a novos mercados; ou
 - (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras da Emissão.
- c. não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora;
- d. tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da Emissão;
- e. comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, em valor individual igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou em valor agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de liminar ou tutela antecipada e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e ajuizamento de novas ações, em relação a qualquer ação que ocasione a constrição de bens do seu patrimônio e afete, de forma adversa, as Garantias; e
- f. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, aprovar, em Assembleia Geral da Emissora, a constituição de Reserva de Lucros a Realizar, conforme o art. 197, "caput", §1º e §2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão

37
b

dos titulares de Debêntures.




6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- a. é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do República Federativa do Brasil;
- b. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- d. o respectivo representante que assina esta Escritura de Emissão tem poderes societários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- g. não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- h. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº. 28;
- i. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- j. está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil nº. 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- k. está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável em vigor;
- l. assegurará, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 da Instrução CVM nº. 28, tratamento equitativo aos Debenturistas da Oferta Restrita;
- m. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os

35

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire : 33300288519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013 , E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8508F08BA5671C5CFE7F833F100CD840E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000483 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

seus termos e condições;

- n. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, não tendo conduzido nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- o. exceto pela (a) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional, posteriormente convolada em espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros"), com vencimento em 15 de abril de 2029, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento, não tendo sido amortizadas, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, quaisquer parcelas do valor nominal de cada uma de tais debêntures em circulação, sendo tais debêntures garantidas por (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de que a Montes Claros é titular emergentes do (i.a) contrato de concessão nº 003/2010 – ANEEL, de 12 de julho de 2010, celebrado entre a União, representada pela ANEEL e Montes Claros, (i.b) contrato de prestação de serviços de transmissão nº 013/2010, de 01 de setembro de 2010, celebrado entre a Montes Claros e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (ONS) e (i.c) contrato de uso do sistema de transmissão, celebrado entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias de transmissão e usuários, e (ii) penhor de ações de emissão da Montes Claros S.A. de titularidade da Lintran do Brasil Participações S.A., ambas compartilhadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Nacional – BNDES e (b) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. com vencimento em 27 de dezembro de 2013, em que foram emitidas 297 (duzentas e noventa e sete) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$148.500.000,00 (cento e quarenta e oito milhões e quinhentos mil reais, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento, não tendo sido amortizadas, até a data de celebração

36

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
 Nire : 33300285519
 Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação : CA9B7F9F2C8508F06BA5671C5CFE7F833F100CD640E2A2769B3B2E81094EA872
 Arquivamento : ED000463 - 000/1

Valéria G. M. Serra
 Secretária Geral

desta Escritura de Emissão, quaisquer parcelas do valor nominal de cada uma de tais debêntures em circulação, sendo tais debêntures garantidas por uma letter of guarantee, prestada pela Isolux Corsán S.A., a qual é regulada pelas leis da Espanha, inexistem outras emissões de debêntures públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário nos termos da Instrução CVM nº. 28.

- 6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:
- a. parcelas anuais de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes;
 - b. as parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
 - c. as parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
 - d. todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, sendo que o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso,

se por ventura tais despesas tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

- e. o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
 - f. a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, inclusive durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, desde que, sempre que possível, aprovadas previamente, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas de cópia dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso; e
 - g. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - b. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - c. conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais

H1
C

papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- i. solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- j. convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- k. comparecer às AGDs, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
 - i) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver;
- m. disponibilizar diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- n. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (l) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) na sede do Agente Fiduciário;
 - c) na CVM; e
 - d) na sede do Coordenador Líder.
- o. publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

43
C

- p. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e à CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- q. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- r. notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de declaração de vencimento antecipado nos termos do item 4.12 acima:

- a. requerer a falência da Emissora;
- b. tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- c. representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação.

6.6.2. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de

44
C

documentos societários da Emissora, os quais remanescem como obrigação legal e regulamentar da Emissora, inclusive com relação a sua elaboração, nos termos da legislação aplicável.

- 6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento salvo nas situações em que atue com culpa ou dolo, casos em que será considerado responsável por quaisquer prejuízos que venham a ser causados em decorrência de seus atos. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº. 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 6.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
- 6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e/ou atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em

7
D
Z
W

45
C

circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

- 6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.
- 6.10.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM nº. 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.
- 6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.
 - 6.10.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.
- 6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

43

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire : 33300286519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8508F06BA5671C5CFE7F833F100CD640E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000463 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

46
C

- 7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.
- 7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.
- 7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.
- 7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das Debêntures em circulação.
- 7.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão todos os titulares das Debêntures em circulação independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
- 7.7. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
- 7.7.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) na Data de Vencimento; (iii) na Remuneração, inclusive, mas não limitado a valores e cronograma de pagamento; (iv) na amortização, inclusive, mas não limitado a valores e cronograma de

7

4

2

pagamento; (v) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (vi) nas hipóteses de vencimento antecipado, e também no caso de renúncia ou perdão temporário se ocorrer uma hipótese de vencimento antecipado, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

7.7.2. A renúncia ao cumprimento de obrigação adicional da Emissora e/ou das Intervenientes Anuentes no âmbito da Emissão, conforme descritas nos itens 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem a 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.7.3. Toda e qualquer alteração nas demais cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 7, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora adquirir e cancelar, bem como aquelas adquiridas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora ou adquiridas por qualquer administrador da Emissora.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.10. Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora, neste ato declara que:

- a. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- b. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à formalização dos contratos referentes às Garantias, e ao cumprimento de as obrigações previstas

45

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire : 33300288519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013 , E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8508F068A5671C5CFE7F833F100CD840E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000483 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

148
C

nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- c. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d. esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão, inclusive os contratos referentes às Garantias, constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura de Emissão constituirão obrigação legal válida, vinculante e exigível de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não se encontra subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- e. a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a emissão, a colocação das Debêntures e as Garantias não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias e pelo penhor das Ações, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- f. salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam

49

relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- g. as demonstrações financeiras da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - h. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
 - i. a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
 - j. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações conforme atualmente desempenhadas nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP;
 - k. não omitiu e não omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira em prejuízo dos Debenturistas;
 - l. não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive, sem limitação, de natureza ambiental, envolvendo, ou que possa afetar a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou arbitral referentes ao Projeto que possam causar impacto adverso relevante; e
 - m. declara que não possui subsidiárias com qualquer participação societária.
- 8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios e excluindo lucros cessantes e danos indiretos) razoavelmente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inverdade ou incorreção de quaisquer das

suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula 8 desta Escritura de Emissão.

- 8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir do seu conhecimento, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

9. CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

- 9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:
Jauru Transmissão de Energia S.A.
 Avenida Marechal Câmara, nº. 160, sala 1033
 CEP 20020-080 – Rio de Janeiro - RJ
 At.: Sr. Luiz Carlos Leite
 Tel.: (21) 3171 7098
 Fac-símile: (21) 3171 7034
 E-mail: jte.debentures@celeo.com.br

Para o Agente Fiduciário:
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca
 CEP 22.640-102, Rio de Janeiro – RJ
 At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)
 Tel.: (21) 3385-4565
 Fax: (21) 3385-4046
 E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br
 backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante:
Banco Bradesco S.A.
 Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
 CEP 06029-900, Osasco – SP
 At.: Departamento de Ações e Custódia_DAC
 Tel.: (11) 3684-5222
 Fax: (11) 3684-5645
 E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:
Banco Bradesco S.A.
 Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
 CEP 06029-900, Osasco – SP
 At.: Departamento de Ações e Custódia_DAC
 Tel.: (11) 3684-5222
 Fax: (11) 3684-5645
 E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Para a CETIP:
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
 CEP 01452-001 São Paulo - SP

Para a Lintran:
Lintran do Brasil Participações S.A.
 Avenida Marechal Câmara, nº. 160, sala 323
 CEP 20020-080 – Rio de Janeiro - RJ
 At.: Sr. Alfonso Brunner

51
C

At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
E-mail:
valores.mobiliarios@cetip.com.br

Tel.: (21) 3171 8000
Fac-símile: (21) 3171 8006
E-mail: abrunner@grupocobra.com.br

Para a Elecnor:
Elecnor Transmissão de Energia S.A.
Avenida Marechal Câmara, nº. 160, sala
1033
CEP 20020-080 – Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Francisco Chica
Tel.: (21) 3171 7000
Fax: (21) 3171 7034
E-mail: francisco.chica@celeo.com.br

Para a Isolux:
Isolux Energia e Participações S.A.
Avenida Marechal Câmara, nº. 160, sala
1534
CEP 20020-080 – Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Javier Casaseca
Tel.: (21) 3077 0077
Fax: (21) 3077 0060
E-mail:
jcasaseca@isoluxinfrastructure.com

- 9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.
- 9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, nos termos desta Cláusula 9.
- 9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3. acima serão arcados pela Parte inadimplente, excluindo lucros cessantes e danos indiretos.
- 9.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

10. CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras

49

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire : 33300285519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8508F08BA5671C5CFE7F833F100CD840E2A2789B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000463 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

52
8

obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

- 10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 10.3. O cumprimento, pelas Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Contrato de Distribuição.
- 10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.
- 10.6. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.
- 10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 10.8. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11. CLÁUSULA ONZE – DO FORO

- 11.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ou fundadas nesta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão as Partes em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2013.

[seguem páginas de assinaturas]

50


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire : 33300288519
Protocolo : 0020135182319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8508F08BA5671C5CFE7F833F100CD640E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000483 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

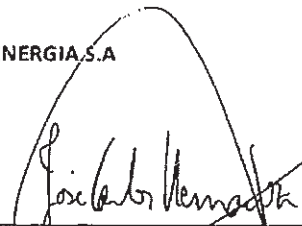
53
C

Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação da Jauru Transmissora de Energia S.A. celebrado em 24 de outubro de 2013 pela Jauru Transmissão de Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Lintran do Brasil Participações S.A., Isolux Energia e Participações S.A. e Elecnor Transmissão de Energia S.A.

JAURO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.



Por: Javier Casaseca
Cargo: Diretor



Por: José Carlos Herranz
Cargo: Diretor

OFÍCIO DE REGISTRO

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

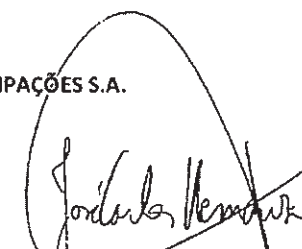


Por: Pedro Silva
Cargo: Procurador

LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.



Por: Pablo Villaescusa
Cargo: Diretor



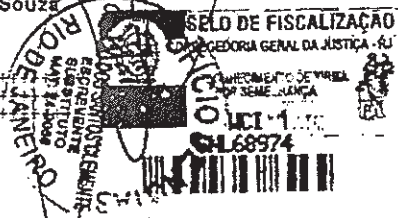
Por: José Carlos Herranz
Cargo: Diretor

9º Serviço Notarial - RJ - Tabelião Claudio Antonio Mattos Souza
Av. Erasmo Braga, 255 - Centro - RJ - Fone: (021) 2524-5332

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

GEL JAVIER CASASECA DE PRADA++++++
++++++
Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 2013. Conferido por _____
Em testemunho _____ da verdade.
Emolumentos: R\$4,04 - Taxas: R\$1,32 - Total R\$ 5,36

9066 - GLAUCIO DOS SANTOS CLEMENTE - ESCRIVENTE SUBSTITUTO
Para verificar a veracidade deste ato acesse <https://seguro.tj.rj.gov.br/sekos/s/>

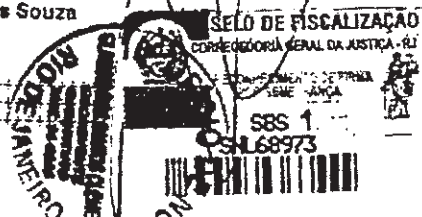


10º Serviço Notarial - RJ - Tabelião Claudio Antonio Mattos Souza
Av. Erasmo Braga, 255 - Centro - RJ - Fone: (021) 2524-5332

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

JOSE CARLOS HERRERA YAGUE++++++
++++++
Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 2013. Conferido por _____
Em testemunho _____ da verdade.
Emolumentos: R\$4,04 - Taxas: R\$1,32 - Total R\$ 5,36

14/9066 - GLAUCIO DOS SANTOS CLEMENTE - ESCRIVENTE SUBSTITUTO
Para verificar a veracidade deste ato acesse <https://seguro.tj.rj.gov.br/sekos/s/>



10º Serviço Notarial - RJ - Tabelião Claudio Antonio Mattos Souza
Av. Erasmo Braga, 255 - Centro - RJ - Fone: (021) 2524-5332

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

PABLO VILLASECUSA GONZALEZ++++++
++++++
Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 2013. Conferido por _____
Em testemunho _____ da verdade.
Emolumentos: R\$4,04 - Taxas: R\$1,32 - Total R\$ 5,36

94/9066 - GLAUCIO DOS SANTOS CLEMENTE - ESCRIVENTE SUBSTITUTO
Para verificar a veracidade deste ato acesse <https://seguro.tj.rj.gov.br/sekos/s/>



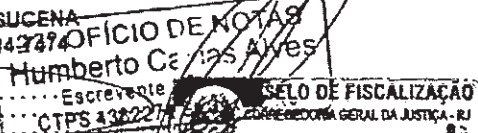
23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notário: ARY SUCENA
Av. Nilo Pecanha, 26 - LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

[0294024] - PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE
OLIVEIRA DE BRITO E SILVA

Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 2013 às 14:31:09
Em Testemunho da Verdade.

HUMBERTO CAXIAS ALVES-ESCREVENTE -
Usuário do sistema: HUMBERTO CAXIAS ALVES -
Total - R\$ 5,36



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire: 33300288519
Protocolo: 0020135182319 - 29/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: CA9B7F8F2C8508F068A5671C5CFE7F833F100CD840E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento: ED000463 - 000/1

Continuação da página de Assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação da Jauru Transmissora de Energia S.A. celebrado em 24 de outubro de 2013 pela Jauru Transmissão de Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Lintran do Brasil Participações S.A., Isolux Energia e Participações S.A. e Elecnor Transmissão de Energia S.A.

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: 
Cargo: **Javier Casaseca
Diretor**


Por:
Cargo:

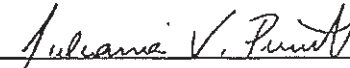
ELECNOTRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

Por: 
Cargo: **Francisco Antônio Chica Padilha
Diretor Executivo**

Por:
Cargo:

Testemunhas:

Nome: 
RG: **7.813.012-9**

Nome: 
RG: **130837800**

55
C

Anexo I

MINUTAS DOS CONTRATOS DE GARANTIA

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI FAZEM A JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, O BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E A PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, NA FORMA ABAIXO:

A JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., doravante denominada “CEDENTE”, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara nº 160, sala 1033 – parte, Centro, CEP 20.020-080, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ”) sob o nº 08.583.456/0001-33, por seus representantes ao final assinados;

o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, na qualidade de cessionário fiduciário, neste ato denominado simplesmente “BNDES”, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes ao final assinados;

a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“AGENTE FIDUCIÁRIO”, e em conjunto com o BNDES, os “CREDORES”); e

o BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., doravante denominado simplesmente “BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS” (e em conjunto com a CEDENTE, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO, “PARTES”), instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, 474, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, por seus representantes abaixo assinados.

CONSIDERANDO QUE:

1. a CEDENTE foi constituída para a implantação e operação do sistema de transmissão localizado nos Estados do Mato Grosso e Rondônia, composto pela linha de transmissão Jauru – Vilhena, com 354 km de extensão em 230 kV, cuja concessão foi formalizada por meio do Contrato de Concessão nº 001/2007-ANEEL, celebrado em 20 de abril de 2007, entre a União, representada pela ANEEL e a CEDENTE, e seus posteriores aditivos (doravante denominado, com seus aditivos, “CONTRATO DE CONCESSÃO”), tendo a CEDENTE celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 01/2007, em 18 de maio de 2007 (doravante denominado, com seus aditivos, “CPST”);
2. o BNDES concedeu à CEDENTE, através do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.1276.1 (doravante denominado “CONTRATO DE FINANCIAMENTO – TRAMO

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
Nire : 33300285519
Protocolo : 0020135162319 - 29/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : CA9B7F9F2C8506F08BA5671C5CFE7F833F100CD840E2A2769B3B2E81094EA872
Arquivamento : ED000463 - 000/1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

[Handwritten signatures and initials]